

Bisol quer que uma lei ordinária regulamente a questão do aborto

BRASÍLIA — A polêmica sobre o aborto está de volta. O Relator da Comissão da Soberania, Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, Senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), anunciou ontem que manteve no seu substitutivo a determinação de que a legislação ordinária regulamente essa questão. O texto de sua proposta é o seguinte:

"A vida intra-uterina, inseparável do corpo que a concebeu, é responsabilidade da mulher, comporta expectativa de direitos e será protegida por lei".

Bisol justifica a sua proposta afirmando que o aborto permanece passível de punição, porque ele não revoga a atual legislação que permite o aborto em determinadas circunstâncias. Segundo ele, "não existe direitos subjetivos sem que haja a titularidade da pessoa e esta só ocorre com o nascimento".

Invocando 30 anos de experiência como advogado e juiz, Bisol afirmou que nunca viu uma mulher sentar no banco dos réus por ter praticado o aborto. Ele afirmou que o aborto "é institucionalizado, na prática, pelas classes média e rica da sociedade".

Uma alteração de sua proposta original foi a maior abrangência do "voto destituente". De acordo com o seu substitutivo, que já está sendo distribuído aos constituintes para a apresentação de emendas, "o eleito pelo voto pode, pelo voto, ser destituído, na forma da lei complementar". Anteriormente, ele determinava que o tribunal de garantia constitucional julgasse os pedidos dessa natureza.

Nem a pena de morte, nem a prisão perpétua, são previstas em seu substitutivo, mas apenas a "privação da liberdade". Por analogia, conforme ele mesmo explicou, a pena de



Na justificativa, Bisol usa sua experiência de juiz e advogado há 30 anos

morte não poderá ser adotada no País, enquanto a prisão perpétua poderá ser determinada pelo legislador ordinário.

Quanto ao direito de propriedade, permanece disposto a determinar a sua perda nos casos de "não uso da mesma, uso impróprio, meramente especulativo e inferior às suas potencialidades". Segundo ele, a propriedade deve ser encarada como um bem social que esteja produzindo com o objetivo de promover o desenvolvimento da sociedade como um todo, e não apenas uma pequena parcela da sua organização.

Outra preocupação de Bisol é a criação da defensoria pública, que deverá servir de mediador entre o Estado e o cidadão. Ele também pretende ampliar a possibilidade do ci-

dadão fiscalizar os atos de todos os poderes. Para isso, ele cria o Tribunal da Garantia Constitucional, que receberá todos os pedidos de declaração de inconstitucionalidade de lei ou qualquer ato administrativo, inclusive impostos.

O Senador está certo de que o seu substitutivo será aprovado. Tanto é assim, que afirmou:

— Quem votar contra essas minhas propostas, estará inscrevendo o seu nome na lista dos que votaram contra o povo brasileiro.

Contrário a esta afirmativa, o Deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO), representante da comunidade evangélica, respondeu:

— Esta é uma pressão comum quando se quer impor algo que a maioria da sociedade é contra.

Covas pretende reverter quadro 'conservador'

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, completa hoje e amanhã a série de reuniões que mantêm com os relatores das comissões temáticas da Constituinte, com o objetivo de reverter a tendência "conservadora" que identifica nos resultados dos trabalhos da subcomissões. Covas reuniu-se ontem à noite em sua residência com o Presidente do partido, Ulysses Guimarães, e os relatores das comissões da Ordem Econômica e da Ordem Social Senador Severo Gomes e Deputado Almir Gabriel.

Hoje, na residência de Ulysses, o Líder do partido na Constituinte, prossegue a série de encontros com os relatores que estiverem disponíveis. Só uma presença foi confirmada até ontem à noite: a do Deputado Egdio Ferreira Lima, Relator da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que trata também do mandato presidencial.

Ao encontro de ontem, na residência de Covas, foram os líderes do PMDB na Câmara e no Senado, Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso, e do Governo, Carlos Sant'Anna. Esse grupo de parlamentares tem sido convidado sempre por Covas, mas o Relator da Comissão da Organização Eleitoral, Deputado Prisco Viana, queixa-se de ser o único que até agora não foi convidado para nenhuma das reuniões.

O Senador Mário Covas diz pretender corrigir distorções como a que identifica nos resultados das subcomissões da Ordem Social e da Ordem Econômica. Na primeira, o resultado foi considerado "progressista" e, na segunda, "conservador". Covas definiu esse quadro como um "estrabismo".

— Sou obrigado a reconhecer que a Ordem Social avançou até demais, enquanto a Ordem Econômica retrocedeu — disse.

Projeto de Severo garante empresa nacional e monopólio do petróleo

BRASÍLIA — A proteção, em qualquer situação, da empresa nacional, a manutenção do monopólio do petróleo nos termos atuais, a não limitação da propriedade rural e a liberação ao capital estrangeiro do acesso à terra são alguns dos principais pontos da proposta que o Senador Severo Gomes (PMDB-SP) apresenta hoje à Comissão da Ordem Econômica da Constituinte. Fruto de um entendimento entre o Relator e o setor "conservador" da Comissão, a proposta preliminar também foi submetida ontem a um grupo de constituintes "progressistas" e destaca, no âmbito dos princípios gerais, a definição do que é uma empresa nacional.

De acordo com o relatório, é aquela criada no Brasil, sob leis brasileiras e com controle acionário e diretivo em mãos de brasileiros. O texto abre uma exceção aos estrangeiros com situação regular no País, junto ao Ministério da Justiça, uma exigência do Deputado Guilherme Affif Domingos (PL-SP), que foi um dos articuladores do acordo com Severo.

O Relator prevê ainda a função su-

pletiva do Estado no setor produtivo. As empresas estatais, nas áreas onde não houver monopólio, funcionarão sob as mesmas condições exigidas para a iniciativa privada. Severo não fez, contudo, menção à política de reserva de mercado. Porém, alertado para a ausência de qualquer dispositivo neste sentido pelos "progressistas", ficou de acrescentar ainda alguma coisa a este respeito. Entretanto, este é um dos pontos que os "conservadores" não admitem negociar e não querem que a Nova Constituição faça qualquer restrição neste sentido.

Na política mineral, Severo Gomes assegura o monopólio do petróleo e dos minerais estratégicos, incluindo o refino e o transporte marítimo em território nacional. Em contrapartida, mantém liberada ao capital privado a distribuição dessas riquezas minerais, além de garantir a prospecção de minerais em reservas indígenas e áreas de fronteira para o Estado e liberar a pesquisa e lavra, comercialização e transporte das jazidas para a iniciativa privada nas demais áreas.

Nas disposições transitórias, Severo propõe que os atuais contratos de risco para a prospecção de petróleo cumpram um prazo de três anos para apresentar resultados sob pena de serem anulados. Abre espaço ainda para que o órgão federal competente não faça mais este tipo de cessão, transformando os atuais contratos de risco, em contratos por tempo determinado. As bases para esta operação, de acordo com a proposta, será regulada por lei ordinária.

No setor de urbanismo e transporte, o Relator optou por transferir as decisões para a legislação ordinária. Na questão da reforma agrária, garante a imissão imediata de posse, mas permite que o proprietário recorra do ato. De acordo com o relatório, a União desapropria um imóvel por interesse social. Se o proprietário vence a demanda, a desapropriação assume o caráter de utilidade pública, e como tal, deve ser paga em dinheiro. A proposta também não fixa limites para a propriedade rural e não restringe o acesso do capital estrangeiro à terra. O esboço, porém, ainda poderá ser modificado após a reunião de hoje.

Comissões têm até sexta-feira para deliberar

BRASÍLIA — O sistema tributário, a garantia de estabilidade no emprego, a questão do aborto e a definição do mandato presidencial são alguns dos temas mais controversos sobre os quais as oito comissões temáticas da Constituinte terão que deliberar, numa votação que começará na próxima sexta-feira e poderá alongar-se, em alguns casos, até a segunda-feira seguinte — prazo final para encaminhamento das decisões à Comissão de Sistematização.

Quatro dos relatores já haviam praticamente concluídos ontem seus pareceres, embora ainda possam receber sugestões: Senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), da Comissão de Soberania e Direitos do Homem e da Mulher; Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), da Organização Eleitoral e Garantia das Instituições; Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), da Ordem Social; e Senador José Richa (PMDB-PR), da Organização dos Estados.

Responsável por um dos relatórios que irão gerar grande polêmica na Assembléia Constituinte — prevê o mandato presidencial de quatro anos e o parlamentarismo clássico —, o Relator da Comissão da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo, Deputado Egdio Ferreira Lima (PMDB-PE), só deverá concluir seu trabalho amanhã. Para hoje é esperada a divulgação das sugestões dos Deputados José Serra (PMDB-SP), da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, e Artur da Távola (PMDB-RJ), da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes e Tecnologia; e ainda do Senador Severo Gomes (PMDB-SP), da Ordem Econômica.

Em praticamente todas as comissões estão em pauta assuntos que, mesmo antes da instalação da Constituinte, já dividiam a classe política e a opinião pública. No relatório do Senador Almir Gabriel, por exemplo, está prevista a volta da estabilidade no emprego desde o momento da admissão do trabalhador, salvo em casos de falta grave, e a fixação da jornada de trabalho em 40 horas semanais.

José Richa propõe eleição para Governador do Distrito Federal

BRASÍLIA — O Distrito Federal terá um Governador eleito pelo voto direto, assegurada sua autonomia política, legislativa, financeira e administrativa. As eleições coincidirão com a do Presidente da República, e o mandato será o mesmo. Este é o principal ponto do relatório do Senador José Richa à Comissão de Organização do Estado, que o recebeu ontem. Mas o Presidente José Sarney já se pronunciou contra a independência do Distrito Federal. Em consequência, os constituintes ligados ao Governo deverão tentar suprimir esses dispositivos em votação da próxima semana.

Ao incluir em seu anteprojeto a autonomia do Distrito Federal, o Relator acatou a vontade majoritária dos representantes da Capital na Constituinte. Ele estabeleceu que o Distrito Federal disporá de uma Assembléia Legislativa, com Deputados distritais correspondendo, em número, ao dobro de sua representação na Câmara.

Pela proposta de Richa, o Distrito Federal será beneficiário de instituição e arrecadação de impostos e taxas idênticos aos dos Estados, e ficarão incluídos como seus bens os que lhe pertencerem à época da promulgação da nova Constituição. Ele resolveu não acatar, em seu anteproje-

to, as sugestões de criação de seis novos Estados: Tocantins (desmembrado de Goiás), Juruá (do Pará), Tapajós (do Amazonas), Triângulo (de Minas), Maranhão do Sul e Santa Cruz (da Bahia). Mas, para o capítulo das Disposições Transitórias, propôs a criação de uma Comissão de Redivisão Territorial do País, com cinco membros indicados pelo Congresso Nacional e cinco nomeados pelo Executivo. Essa comissão teria um ano de prazo para propor ou apreciar propostas de novos Estados — inclusive o restabelecimento do Estado da Guanabara — e transformação de Territórios em Estados.

Lula quer que o povo pressione os constituintes

SÃO PAULO — O Presidente nacional do PT e Líder do partido na Câmara, Deputado Luiz Inácio Lula da Silva, fez ontem duras críticas ao que chamou de "imobilismo do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães". Para ele, Ulysses é tão culpado quanto Sarney pela atual crise do País.

Na entrevista, concedida na sede nacional do partido, Lula aproveitou para desmentir os boatos que correram na véspera de que estaria disposto a renunciar ao seu mandato na Constituinte. Afirmou que chegou a hora de as forças "progressistas" saírem de sua para tentar promover uma mobilização popular de pressão para mudar a Constituinte.

Numa análise dos relatórios das subcomissões, Lula acha que a Constituinte não terá condições de atender as principais reivindicações populares, já que numericamente o grupo "progressista" é a minoria. Diante dessa constatação, Lula não vê outra alternativa senão um trabalho de mobilização popular.

O Líder do PT dissu também quem não interessa ao Deputado Ulysses Guimarães participar hoje dessa mobilização e desafiou outras lideranças do PMDB a assumir a tarefa.